



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013269-50.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Nereide Aparecida Grippa Migliatti**  
 Requerido: **Jose Wilson Migliatti**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora, solicita expedição de alvará para levantamento de restituição de imposto de renda a que fazia jus o falecido, José Wilson Migliatti, a que faz jus a esposa do falecido. Juntou anuência dos demais herdeiros.

Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento. O art. 2º prevê que também restituição do imposto de renda se enquadram nesta situação.

No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, há dependente habilitado, o que, em tese, torna desnecessária a expedição de alvará. Entretanto, como a requerente faz jus aos valores e parecer ser prática das instituições bancárias exigir o alvará, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** a autora, Nereide Aparecida Grippa Migliatti, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento dos valores não recebidos em vida pelo falecido, José Wilson Migliatti, referente à restituição do imposto de renda do ano de 2017. Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.

Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado**, ocorrido na data de prolação desta sentença, **dispensado o lançamento de certidão pelo cartório**.

Após a expedição de alvará, remeta-se ao arquivo.

**P. I.**

São Carlos, 11 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**